



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ACÓRDÃO N° 310/2015

(16.4.2015)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS N° 2.269-77.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

PROMOVENTE: Lourival Gregorio da Conceição.

RELATOR: Juiz Fábio Alexsandro Costa Bastos.

Prestação de contas. Eleições 2014. Candidato ao cargo eletivo de deputado estadual. Não apresentação de contas no prazo legal. Impedimento de obtenção de certidão de quitação eleitoral. Anotação no cadastro eleitoral. Contas julgadas não prestadas.

1. Julgam-se não prestadas as contas de candidato que, apesar de devidamente notificado, não se desincumbiu do ônus de apresentá-las no prazo legal estipulado pelo art. 38, § 3º da Res. TSE nº 21.406/2014;

2. A declaração das contas eleitorais como não prestadas implica, nos termos do art. 58, inciso I da Resolução TSE nº 23.406/2014, a anotação, no cadastro eleitoral do candidato, do impedimento de obtenção de certidão de quitação até o final da legislatura.

Vistos, relatados e discutidos os autos acima indicados,

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, à unanimidade, **JULGAR NÃO PRESTADAS AS CONTAS**, nos termos do voto do Juiz Relator, adiante lavrado, que passa a integrar o presente Acórdão.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 16 de abril de 2015.

LOURIVAL ALMEIDA TRINDADE

Juiz-Presidente

FÁBIO ALEXSANDRO COSTA BASTOS

Juiz Relator

RUY NESTOR BASTOS MELLO

Procurador Regional Eleitoral

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.269-77.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

R E L A T Ó R I O

Trata-se de procedimento de prestação de contas de campanha de Lourival Gregorio da Conceição, candidato ao cargo eletivo de deputado estadual pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB na eleição de 2014.

Verificando-se a ausência da apresentação de contas no prazo legal, determinou-se, à fl. 12, com fulcro no art. 38, § 3º da Resolução TSE nº 23.406/2014, a notificação do candidato e do partido político interessado acerca da obrigação de prestar as contas finais relativas ao pleito de 2014, no lapso temporal de 72 horas, sob pena de julgá-las como não prestadas em caso de não ser sanada a omissão.

Sucedeu que o aviso de recebimento da intimação foi assinado por pessoa diversa do candidato, fl. 14. Assim sendo, na esteira do opinativo ministerial, determinei a intimação do candidato por oficial de justiça para que apresentasse suas contas de campanha das eleições de 2014, inclusive com a devida representação processual, sob pena de serem julgadas como não prestadas.

O promovente, apesar de devidamente notificado, conforme documento de fl. 32, deixou o prazo transcorrer *in albis*, consoante certidão de fl. 35.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.269-77.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

Instado a se manifestar, o Procurador Regional Eleitoral pronunciou-se no sentido de que sejam declaradas não prestadas as contas do promovente, nos termos do art. 54, inciso IV da Resolução TSE nº 23.406/2014.

Além disto, o Ministério Público Eleitoral pugnou que fosse anotado, no cadastro eleitoral do candidato, o “impedimento de obter a certidão de quitação a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura”, conforme previsão do art. 58, I da Resolução TSE nº 23.406/2014.

É o relatório.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.269-77.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

V O T O

Do exame dos autos, depreende-se que Lourival Gregorio da Conceição, candidato ao cargo de deputado estadual pelo PRTB, no pleito eleitoral de 2014, deixou de prestar contas relativas à sua campanha eleitoral, em inobservância ao comando expresso do *caput* do artigo 33 da Resolução TSE nº 23.406/2014, a seguir transcrito:

Art. 33. Deverão prestar contas à Justiça Eleitoral:

I – o candidato;

II – os diretórios partidários, nacional e estaduais, em conjunto com seus respectivos comitês financeiros, se constituídos (...)

Demais disso, após regularmente notificado, nos termos do art. 38, § 3º da aludida Resolução, para regularizar a apresentação de suas contas (fl. 32), o candidato quedou-se inerte, inviabilizando a análise acerca da movimentação financeira atinente à sua campanha eleitoral.

À vista disso, entendo que a situação narrada nos presentes fólios enseja, nos termos do art. 54, inciso IV da Resolução TSE nº 23.406/2014, a declaração das contas como não prestadas.

Além disto, insta salientar que o art. 58, I da Resolução TSE nº 23.406/2014, prevê como consequência para a não apresentação das contas “o impedimento de obter a certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura”.

Pelo exposto, na esteira do parecer ministerial, voto no sentido de declarar não prestadas as contas do promovente, determinando, ainda, a anotação, no cadastro eleitoral do candidato, do impedimento relativo à

**PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 2.269-77.2014.6.05.0000 – CLASSE 25
SALVADOR**

obtenção de certidão de quitação eleitoral até o final da legislatura, nos termos do art. 58, inciso I da Resolução TSE nº 23.406/2014.

É como voto.

Sala das Sessões do TRE da Bahia, em 16 de abril de 2015.

Fábio Alexsandro Costas Bastos
Juiz Relator